

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.619, DE 2003

“Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.”

Autora: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO

Relator: Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição que, por meio de alteração da legislação que regula o trabalho doméstico, intenta assegurar o benefício do seguro-desemprego a toda categoria, independentemente de o empregado ser inscrito no F.G.T.S..

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto em apreço, em boa hora, vem corrigir flagrante distorção jurídica da lei que finalmente conferiu aos domésticos o seguro-desemprego, mas vinculou a concessão desse benefício à condição de inscrição no regime do F.G.T.S., sem qualquer relação de causa e efeito que legitime essa exigência legal .

É bem verdade que o F.G.T.S. foi instituído com a finalidade de estabelecer, fundamentalmente, uma reparação econômica como forma de proteção ao trabalhador ante a contingência de desemprego involuntário, no que até pode se assemelhar aos fins sociais da assistência econômica concedida pelo Programa do Seguro Desemprego, também em caso de desemprego involuntário.

Ocorre que, conforme bem pontuado pela Ilustre Signatária da medida, “não é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que financia o pagamento daquele benefício, e sim o Fundo de Amparo ao Trabalhador, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 10.208, de 2001”, *in verbis*:

“Art. 2º As despesas decorrentes do pagamento do seguro-desemprego previsto nesta Lei serão atendidas à conta dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.”

E cremos que nem poderia ser diferente, já que para os demais trabalhadores o seguro-desemprego também é financiado pelo FAT, fundo financeiro-contábil, especificamente “destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico”, conforme declara o *caput* do Art. 10 da Lei nº 7.969/89, que o instituiu.

O F.G.T.S. é uma vantagem trabalhista do regime jurídico celetista, cujo acesso o governo viabilizou aos domésticos, estabelecendo as normas regulamentares para o empregador proceder no caso de optar pela concessão dessa vantagem. Como norma, compõe a estrutura jurídica que integra o Direito do Trabalho. Como direito ou vantagem, pode constituir-se em conquista de diferentes categorias e segmentos de mão-de-obra.

Todavia é completamente diversa a natureza jurídica do seguro-desemprego, benefício cujo ônus incumbe à seguridade social e, por isso mesmo, constitui-se em um direito do cidadão, já que o direito ao trabalho lhe é natural, inerente à própria dignidade humana. Sem estabelecer privilégios a esta ou aquela categoria, o Estado tem o dever de prestar o atendimento a todos os cidadãos.

Somos, pois, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.619/2003.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN
Relator